

# Um espaço deprimido entre o Zêzere e o Açor Uma aposta para o desenvolvimento local<sup>1</sup>

Rui Filipe Neves Ferreira

## RESUMO:

O desenvolvimento local é um tema abrangente que tem sido alvo de abordagens distintas ao longo das últimas décadas, que têm em comum, a procura da sustentabilidade dos espaços rurais.

A União Europeia tem se constituído como a principal instituição a dinamizar as políticas e os programas de desenvolvimento para os espaços rurais, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida das populações.

As áreas rurais mais afastadas dos centros urbanos constituem-se como uma das principais preocupações das políticas comunitárias. No futuro, urge inverter a actual conjuntura, que aponta para o abandono demográfico e descaracterização sócio-cultural e ambiental que afecta as regiões periféricas. Neste estudo serão analisadas as características de uma região deprimida geograficamente, situada entre o Rio Zêzere e a Serra do Açor.

## Palavras-chave:

Rio Zêzere, Serra do Açor, desenvolvimento rural, espaços periféricos, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

## O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A análise do espaço rural e das suas paisagens foi ao longo dos tempos uma das preocupações dos geógrafos. A escola francesa, no início do século XX, dinamizou o estudo das paisagens rurais procurando estabelecer uma relação Homem/Natureza.

A noção de "Mundo Rural" pressupõe um vasto território contínuo em que vastas gentes e populações constituam uma cultura autónoma com papel relevante nas sociedades em que se incorporam. O que existe, com grande diversidade de situações, são "zonas" de cultura rural de dimensões variadas, em territórios fortemente despovoados e com débeis e pouco diversificados tecidos empresariais, em que se desenvolveram "urbes" sustentadas pelas administrações públicas centrais e locais e actividades comerciais e de

serviços que servem os funcionários públicos, as famílias proprietárias e as populações que viram o seu poder de compra aumentado através de políticas assistencialistas/caritativas, consubstanciadas principalmente pelos chamados Programas Ocupacionais (GODINHO 1998).

A estratégia territorialista construiu uma perspectiva de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento a partir de baixo. Com efeito, é através da mobilização das populações e das suas organizações que se encontram as soluções que deverão originar o processo de desenvolvimento. Neste contexto território será um "espaço apropriado, organizado e reconhecido de um ponto de vista político, social, económico, e ideológico por um grupo ou classe social em nome da população que nele habita e trabalha e com ele se identifica" (AMARO, 1990).

O Território/Espaço Rural é assim o suporte para o conceito de desenvolvimento rural. Este conceito pode ser definido como "a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica" (MARTINHO, 1998).

O conceito de desenvolvimento rural está assim, directamente associado à busca da sustentabilidade. Neste contexto, será fundamental avaliar as potencialidades das áreas rurais, sobretudo nos domínios do património natural e cultural, com a convicção de que são uma mais-valia sócio-económica, que poderá constituir-se como fundamental, para revitalizar "territórios abandonados".

## INSTRUMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM PORTUGAL

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia constituiu um marco importante na orientação das políticas nacionais, no âmbito do desenvolvimento rural. Ao longo da década de 90, as entidades nacionais competentes procuraram junto das instituições europeias o financiamento para projectos distintos, em diferentes áreas. Os

1) Este trabalho desenvolveu-se no âmbito das conferências "Territórios e Culturas Ibéricas" do Centro de Estudos Ibéricos.

programas comunitários constituíram-se assim, como um instrumento fundamental para o financiamento de projectos, desde o sector privado, até aos desígnios públicos.

Segundo Carminda Cavaco, a questão do desenvolvimento rural tem vindo a congregar razões para no seu âmbito ser constituída nova política, resultante da reforma da PAC, assim como das negociações do quadro multilateral da OMC (Organização Mundial do Comércio) e do alargamento da UE, acrescidos ainda da presumível Reforma da Política Regional Comunitária. Neste contexto, a autora refere que tal situação revela um atraso significativo, relativamente, aos elementos conclusivos da Conferência de Cork (Irlanda, 7-9 Novembro de 1996). DIEGUEZ (2000) refere que "diferentes documentos assumidos pelos responsáveis públicos da União Europeia: Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural (Declaração de Cork, 1996) ou a própria Agenda 2000 (1997) incidem na necessidade de manter um mundo rural vivo(...) com base na trilogia: Integração, Subsidiariedade e Associação".

A «Declaração de Cork (Un Milieu Rurale Vivant)» que anunciou um programa em dez pontos para a «Política de Desenvolvimento Rural da União Europeia»<sup>2</sup>. Aí se destacam importância e urgência de "um novo impulso na política de desenvolvimento rural" e se anuncia um programa da UE de desenvolvimento rural. A Conferência de Cork ainda incita, nas suas conclusões (segunda alínea), as políticas da Europa, "a tornarem as áreas rurais mais atractivas para as pessoas nelas viverem e trabalharem, e tornarem-se centros com mais elevado significado de vida para uma crescente diversidade de pessoas de todas as idades". A prosperidade das zonas rurais é fundamental para o bem-estar da sociedade em geral, mas também para a manutenção do equilíbrio ecológico e do tecido socio-económico envolvente.

O Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local<sup>3</sup>, baseia-se numa visão democrática, cujas propostas implementadas contribuiriam indiscutivelmente para tornar o planeamento local mais participado, o que por exemplo pode ser aduzido do facto de defender a «responsabilidade partilhada» e a necessidade de existir um «Fórum Ambiental Local» com vista à troca de opiniões, de informações e de experiências.

Neste contexto urge assumir uma postura mais activa perante as áreas rurais, de modo a que estas não sejam ameaçadas por um conjunto de condicionantes, naturais, sociais, económicas e cultu-

rais. As questões associadas ao desenvolvimento dos espaços rurais são na generalidade analisadas e discutidas fora dos territórios de intervenção. O primeiro passo para o levantamento de problemas é o conhecimento do terreno no qual eles ocorrem. Conhecer o território não é sinónimo de uma simples leitura de dados e questões numa sala de reunião, é necessário que os intervenientes se deslocuem às localidades, procurando junto da população identificar as respectivas preocupações.

A aplicação de programas de desenvolvimento comunitário, por vezes revela-se assim, extremamente difícil, devido a um conjunto de factores de ordem social e económica.

No âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio existe um rol de programas e medidas, que poderão constituir-se como fundamentais, no âmbito de uma política de desenvolvimento local que vá de encontro às reais necessidades dos espaços rurais.

O FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) utiliza como principais instrumentos os Programas Operacionais de Desenvolvimento Regional, nos quais se destacam programas como a PAC, o INTERREG e o LEADER.

O INTERREG III é um programa de Iniciativa Comunitária, financiado pelo FEDER para o período 2000-2006<sup>4</sup>. Nos princípios de aplicação do INTERREG III destacam-se:

- A implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento;

- O aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes económico-sociais relevantes.

O INTERREG III compreende assim, três vertentes de cooperação:

- Vertente A - cooperação transfronteiriça - Cooperação entre regiões fronteiriças vizinhas; o objectivo é desenvolver a cooperação económica e social através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento.

- Vertente B - cooperação transnacional - Cooperação entre grandes grupos de regiões europeias com o objectivo de prosseguir o desenvolvimento e uma maior integração territorial na UE e com os países candidatos e outros países vizinhos.

- Vertente C - cooperação inter-regional - Cooperação entre regiões no território da UE e países vizinhos para aumentar a coesão e desenvolvimento regional mediante a constituição de redes, especialmente no caso das regiões menos desenvolvidas e das regiões em reconversão.

A Iniciativa Comunitária LEADER+ tem como objectivo estratégico a experimentação de novas

2) Europe Documents 2012, Nov. 1996, pp. 1-4.

3) A Agenda 21 aprovada na Conferência da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), recomenda no seu capítulo 28 que a maioria dos poderes locais adoptem Agendas do Ambiente.

4) As orientações foram aprovadas pela Comissão em 28 de Abril 2000 (C 143 de 23 de Maio 2000).

formas de valorização do património natural e cultural e o reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho e a melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades, e articula-se em torno de três vectores:

- Vector 1 – apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto, assentes na abordagem ascendente e na parceria horizontal;

- Vector 2 – apoio à cooperação inter-territorial e transnacional;

- Vector 3 – colocação em rede do conjunto dos territórios rurais da Comunidade Europeia, beneficiários ou não do LEADER+, bem como de todos os agentes do desenvolvimento rural.

Segundo Raul Marques a importância conferida à Iniciativa LEADER como núcleo do desenvolvimento local/rural prende-se com o facto de defendermos que assenta numa filosofia de participação que tem privilegiado medidas onde a inovação socioeconómica e sociocultural surge como um pivot que conduz os actores locais à elaboração de estratégias de desenvolvimento integrado, assumindo por isso uma particular importância na transformação das regiões rurais e podendo mesmo contribuir para uma «reconfiguração reticular»<sup>5</sup>

O LEADER+ não é um plano geral de investimentos para toda a Zona de Intervenção. Esse não é o seu espírito, nem as verbas previstas o permitem. É antes do mais um programa experimental, de demonstração, que procura facilitar a emergência de iniciativas piloto, de natureza exemplar, que devem procurar potenciar e interligar as características endógenas, nomeadamente os produtos locais, como o artesanato, a doçaria, os licores e os vinhos, bem como aproveitar o património natural, cultural e arquitectónico.

O FEOGA Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola. Os objectivos centrais a prosseguir parecem ser claros: contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura europeia multifuncional, sustentável e repartida por todos os espaços da União, e para a diversificação económica e social dos territórios rurais europeus. A qualidade de vida das pessoas residentes nestes territórios e a sua participação nos processos de desenvolvimento constituirão os indicadores chave para avaliar o sucesso desta estratégia. Do lado da agricultura e da política agrícola (PAC), a evolução deverá conter um leque mais amplo de objectivos que contemple uma visão mais alargada gestão do espaço rural. Do lado da diversificação e dinamização económica e social do território rural haverá que valorizar outras actividades em meio rural e as re-

lações de interdependência com a agricultura. As iniciativas de turismo em espaço rural representam, entre muitos outros, um dos campos onde essa interdependência pode e deve ser reforçada.

O Fundo Social Europeu (FSE) é o principal instrumento financeiro que permite à União Europeia concretizar os objectivos estratégicos da sua política de emprego. Ainda no que concerne ao emprego importa destacar o programa LEDA (Programa de Acção para o Desenvolvimento do Emprego Local), fundamental para as oportunidades de emprego em espaço rural. Criar empregos nas zonas rurais apresenta-se, em várias regiões e sob diversos contextos, com cariz prioritário; mas também aqui a formação de políticas, sem conteúdo e processamento específicos, não pode asseverar progressos substanciais. A posição assumida nesta vertente, em publicação da OCDE, merece realce: "... nas zonas rurais, onde a densidade da população é fraca, a criação de um pequeno número de empregos pode ter um efeito considerável sobre a economia local"<sup>6</sup>. Pierre GUERRY (1995), em artigo inserido na mesma publicação, sublinha a potencialidade a nível local dos produtos regionais de qualidade, podendo constituir-se como elementos fundamentais para a sustentabilidade.

O Programa LIFE,<sup>7</sup> constitui o instrumento financeiro da União Europeia para o Ambiente. Este Programa é constituído por 3 componentes temáticas - LIFE-Ambiente, LIFE-Natureza e LIFE-Países Terceiros. Embora estes três domínios partilhem objectivos de melhor ambiente, cada um deles integra prioridades específicas.

Diversidade paisagística: O trinómio Vale – Encosta – Cumeada

Nas palavras de Orlando Ribeiro "... À sua massa e altitude ( as montanhas da Cordilheira Central ) devem o poder ligar-se ainda às regiões Atlânticas, de que formam uma espécie de promontório avançado para Sul. Relevos de xisto, altos mas sem grandeza, cimos boleados e cristas agudas, pela maior parte despidos de arvoredo..."

A área em estudo localiza-se no bloco NW da Cordilheira Central, ocupando uma área que se estende desde as cumeadas da Serra do Açor (1418m - Pico de Cebola), até às margens do Rio Zêzere (300m - Dornelas do Zêzere). O grande acidente de Cebola separa a Serra do Açor (NW), do fosso do médio Zêzere (SE).

Luciano Lourenço (1994) distingue duas sub-unidades na área de estudo. A área situada Noro-

6) OCDE - Créer des emplois pour le développement rural. De nouvelles politiques, Paris, OCDE, 1995, p.23

7) Aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 1655/2000, com a alteração que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) 1682/2004 de 15 de Setembro.

5) Organização das regiões rurais em rede.

este da Falha de Cebola é designada por "Serras Setentrionais". Nesta zona encontramos as altitudes mais elevadas, localizadas nos picos de Cebola (1418m) e Gondufo (1243 m). A zona situada a Sudeste da falha de Cebola é designada por "Fosso do Médio Zêzere Oriental". Nesta área, de altitudes menores, destacam-se pela sua imponência, as cristas quartzíticas dispostas em escadaria, com uma orientação NW-SE. Os Penedos de Unhais são um exemplo destas formas de relevo saliente, que pela sua espectacularidade, se destacam de toda a área envolvente.

Em região francamente xistenta, a topografia é marcada por relevos extremamente acidentados, com declives superiores a 40% e com vales extremamente profundos, onde se instalam inúmeras linhas de água que drenam todas as águas para o Rio Zêzere. A rede hidrográfica é bastante densa, existindo várias ribeiras que constituem uma rede de afluentes e subafluentes do Rio Zêzere.

A Ribeira Unhais e a Ribeira de Porsim, apresentam uma orientação NW-SE, constituem os principais afluentes do Rio Zêzere nesta zona. Estes cursos de água são alimentados por vários afluentes que na maioria dos casos apresentam uma orientação semelhante. Esta situação sugere uma adaptação nítida do traçado dos cursos de água às principais linhas de fracturação dos xistos.

No que respeita ao ritmo climático, esta área apresenta uma grande variação tanto ao nível das temperaturas, como no que respeita, à precipitação. Os Invernos são extremamente húmidos e nas regiões mais elevadas registam-se frequentes quedas de neve. No Verão as temperaturas ultrapassam, frequentemente os 35°C e os valores pluviométricos apresentam regimes insignificantes.

Segundo a divisão agro-florestal realizada por CARY (1985), esta área localiza-se na denominada "Zona Serrana".<sup>8</sup>

A diversidade paisagística da área está assente no trinómio Vale/Encosta/Cumes. Nas áreas de Vale destacam-se os cursos de água, que corre quase de forma imperceptível, devido à densidade da vegetação ripícola que se estende ao longo das margens. Paralelamente aos cursos de água, surgem as áreas agrícolas, dominadas essencialmente pelos muros e socacos que delimitam as propriedades e "retêm" a terra necessária para o cultivo. No entanto, o crescente abandono da actividade agrícola tem provocado a ocupação dos campos pela vegetação envolvente.

O pinheiro bravo é a espécie dominante ao longo das encostas, sobretudo nas áreas de menor altitude. O verde-escuro é o tom imperante nestas áreas, quebrado apenas localmente pelo

eucaliptal, que avança sobretudo, numa zona central da área de estudo. Esporadicamente, surgem outras espécies arbóreas, como o castanheiro, o carvalho e o sobreiro, que no entanto, apenas se destacam pelo colorido que conferem à paisagem, criando assim alguma descontinuidade no tom dominante nas vertentes. Estas espécies menos preponderantes têm no entanto um elevado valor patrimonial e ambiental, visto serem em alguns casos, os vestígios de uma vegetação que outrora dominara esta região, como comprovam os topónimos que lhe estão associados: Sobral, Cabeça Sobral, Carvalho, Carvalhal, Souto Negro...

Nas encostas localizadas no extremo ocidental da área de estudo, o Pinheiro outrora dominante, deu lugar aos matos e arbustos, devido à acção do grande incêndio de 2001, que afectou quase 40 % da área de estudo. Nestas zonas surgem agora em associação com os pequenos pinheiros que regeneraram após o flagelo, vegetação secundária como: o carrasco, o medronheiro, a giesta, a carqueja e as urzes. Estas espécies arbustivas são de resto as espécies que se desenvolvem nas superfícies culminantes, sobretudo acima da cota dos 900m. Após o período mais frio do Inverno os tons mais escuros dão lugar a retalhos florísticos, coloridos de tons alegres, destacando-se os lilases e os amarelos, dos urzais e carquejais.

#### DA RECESSÃO DEMOGRÁFICA AO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

A área de estudo é composta por cinco freguesias: Sobral de S. Miguel, São Jorge da Beira e Aldeia de São Francisco (concelho da Covilhã) e Unhais-o-Velho e Dornelas do Zêzere (concelho da Pampilhosa da Serra). A densidade populacional de 31,8 hab/Km<sup>2</sup> constitui um valor extremamente reduzido, que evidencia a existência de vastas áreas completamente despovoadas.

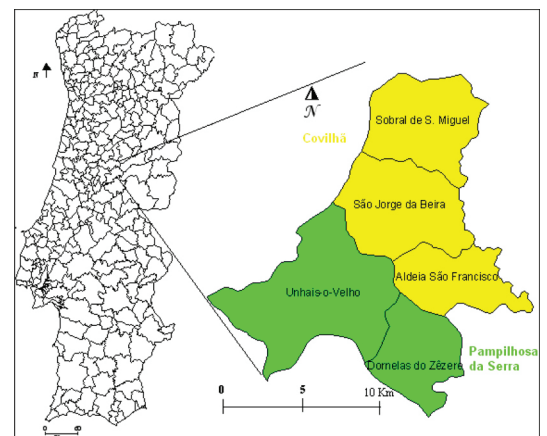


Ilustração 1- Enquadramento geográfico da área de estudo

Sérgio Caramelo (1998) designa esta região como o "Ermamento da Cordilheira Central", ca-

8) - A Zona Serrana também é designada por Zona da Serra da Estrela, incluindo o bloco NW da Cordilheira Central.

racterizado pela rarefacção demográfica da Cordilheira Central e da sua vertente Sul. Os condicionantes físicos implicam uma continuação das tendências registadas (despovoamento e consequente desvitalização económica), pelo que o seu dinamismo será reduzido, constituindo tendências pesadas que levam à pouca capacidade atractiva de pessoas e funções. A tendência parece ir no sentido de apenas as sedes de concelho, os aglomerados com significativa actividade económica, os aglomerados com boas acessibilidades e os aglomerados valorizados em termos patrimoniais, conseguiram estancar ou inverter o acelerado processo de despovoamento.

As freguesias analisadas denotaram uma acentuada quebra de população ao longo das últimas décadas. Segundo os Censos de 2001, a área apresentava uma Taxa de crescimento natural de -8,8‰, resultado de uma Taxa de mortalidade de 13,3 ‰ e uma Taxa de natalidade com um valor de 4,4 ‰.

Para agravar ainda mais esta tendência o saldo migratório apresenta também valores negativos. A procura de um emprego que possibilite a valorização económica individual, leva todos os anos dezenas de pessoas, a abandonar as aldeias, destinadas sobretudo ao estrangeiro (França, Suíça e Alemanha), ou aos principais centros urbanos nacionais. Actualmente esta tendência tem vindo a diminuir, devido ao desenvolvimento socio-económico que se faz notar na região da Cova da Beira. No entanto, estas aldeias são áreas de difíceis acessos, com poucas vias rodoviárias, muitas vezes em péssimo estado de conservação, impedindo assim, a possibilidade de realização dos trajectos casa/emprego, com uma periodicidade diária. As dificuldades de acesso aos centros urbanos inviabilizam, por vezes, as oportunidades de emprego existentes nas sedes de concelho.

A estrutura etária em 2001, caracterizava-se por uma grande irregularidade, bem vincada, nos dois claros estreitamentos, que podemos observar na pirâmide etária. O primeiro, corresponde às classes infantis e é o resultado da diminuição do número de nascimentos, ocorridos nos últimos anos. O segundo estreitamento verifica-se ao nível das classes adultas, especialmente entre os 25 e os 45 anos. Esta situação é uma consequência da forte emigração que se fez sentir nas últimas décadas, e que originou uma diminuição da população superior aos 40%, de 1960, para 2001, causando também uma assimetria entre os dois sexos.

O processo migratório verificado na região desenvolveu-se ao longo de várias décadas e passou por três fases distintas:

Numa primeira fase, (anos 40 a 60 do século XX), saíram os homens, a força de trabalho, aqueles que estavam inseridos na população activa, pelas aldeias foram ficando os mais idosos, as crianças, jovens e as mulheres;

Numa segunda fase, (anos 70 e 80 do século XX), os jovens adultos após cumprido o serviço militar seguiram as pisadas dos pais, que por sua vez, na grande maioria dos casos vieram buscar as suas esposas, ficando nas aldeias os mais idosos, que devido aos factores saúde e idade já não estavam em condições de enfrentar a dureza da emigração;

Numa terceira fase, (anos 90 do século XX), temos o regresso dos que saíram do concelho à mais de 30 e 40 anos, para gozarem as suas reformas (pensões), na sua terra junto de alguns de seus familiares, vindo assim aumentar o já elevado número de idosos do concelho, e junto dos mais novos, mantém-se a ideia de à quarenta anos atrás, ou seja, os jovens (19 - 29 anos), logo após terminarem o serviço militar obrigatório procuram na emigração, e ou migração para os grandes centros do litoral português, aquilo que não encontram no seu concelho, emprego, melhores condições de vida. Associado a esta situação verifica-se uma drástica diminuição no número de nascimentos, o que está a contribuir de forma decisiva para o duplo envelhecimento da população.

Perante a tendência para o despovoamento e envelhecimento da população local, o Verão é a época do ano em que se denota uma certa "lufada de ar fresco". Nesta estação as aldeias "ganham outra vida", com o regresso de muitos emigrantes, que vêm aqui gozar o seu período de férias, junto dos familiares, permitindo assim o desenvolvimento das relações culturais com outras realidades.

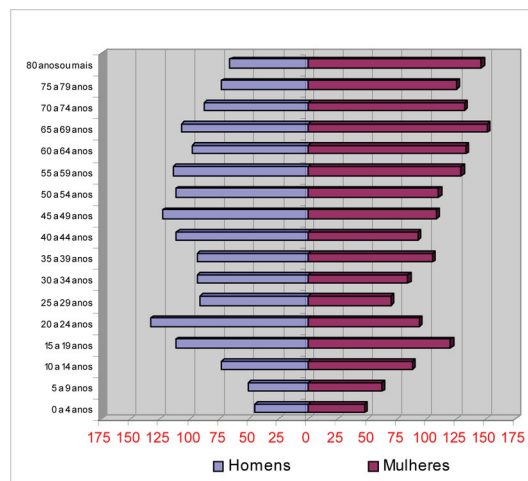


Ilustração 2- Pirâmide etária em 2001  
Fonte: Censos de 2001

### UMA SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA INSTÁVEL

Estas freguesias necessitam de uma intervenção racional, essencialmente ao nível da melhoria das infra-estruturas, pois em alguns casos, o decréscimo populacional, tem-se acentuado a um ritmo extremamente elevado, que pode colocar em risco a sobrevivência de algumas localidades ao longo deste século.

A população residente desenvolve essencialmente práticas agrícolas, na maioria dos casos viradas para o autoconsumo. A agricultura e a pecuária, constituíram-se desde os tempos remotos como a principal actividade económica da região. Torna-se assim, necessário fazer uma referência ao passado, na tentativa de reconhecer a importância deste sector ao longo das últimas décadas, no contexto da economia local.

A maioria das áreas cultivadas localiza-se no fundo dos vales, aproveitando assim, os depósitos resultantes da acumulação de sedimentos, por acção das principais linhas de água. No entanto, também podemos observar alguns terrenos cultivados em encostas, onde os depósitos de vertente são aproveitados para a prática agrícola, através da construção de socacos. Actualmente, os terrenos mais afastados das aldeias, encontram-se ao abandono.

À semelhança do que acontece relativamente à agricultura, também em relação à pastorícia, se tem notado uma diminuição significativa da actividade. Segundo uma estimativa da DRABI a redução de gado caprino, ao longo das últimas décadas, ultrapassa os 70%.

Esta referência torna-se pertinente, dada a importância que estes animais desempenham na manutenção dos matos, com um tamanho reduzido. Por outro lado, deixaram-se de roçar os matos para as camas dos animais e para estes se alimentarem.

Este progressivo abandono das actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, traz-nos como consequência, o aumento da carga combustível nas florestas e matos da região, cada vez mais densas e sem qualquer tipo de limpeza, criando assim, toda uma situação favorável ao início de deflagração de um incêndio e consequente progressão. A diminuição das actividades pastoris, onde elas ainda permanecem, a florestação mais ou menos maciça, mas quase sempre desordenada e o estado geral de abandono a que tem sido votado o espaço serrano têm contribuído para o elevado número de incêndios e a intensidade que nalguns casos assumem. Os incêndios florestais surgem todos os Verões delapidando progressiva e inexoravelmente um património em muitos casos raro e sempre valioso, e pondo em perigo populações, que pelas suas características demográficas (particularmente a avançada idade), sociais, culturais e económicas, são especialmente vulneráveis

(CUNHA, 2003).

No aproveitamento da floresta, podemos verificar que actualmente, também o sector atravessa um período de crise. Para além dos incêndios que têm causado a delapidação do património florestal, a compartimentação das propriedades agro-florestais, impede o desenvolvimento de actividades consideradas cruciais para o aumento da produtividade familiar e ou empresarial. Por outro lado, o envelhecimento da população residente, é normalmente, sinónimo de falta de espírito inovador e de um baixo nível de instrução que impede os proprietários de reconhecer as principais formas de rentabilizarem os respectivos recursos. Por último, a falta de capital disponível para investir e a dificuldade de rentabilização dos projectos, constituem uma agravante, que condiciona os anseios das comunidades locais. Neste contexto o proprietário promove a preferência pelas espécies de crescimento rápido (como o eucalipto) em detrimento de espécies autóctones e susceptíveis de salvaguardar os equilíbrios ecológicos e ambientais (ex. Castanheiro).

No que respeita às outras actividades económicas importa salientar sobretudo a evolução do emprego, relacionado com a exploração mineira. As Minas da Panasqueira são uma empresa centenária, que conseguiu sobreviver aos períodos de crise, marcados essencialmente por conjunturas negativas e por grandes oscilações nos mercados internacionais do volfrâmio, à custa de uma forte riqueza daquela área no que respeita aos recursos. As consecutivas reduções de emprego nas Minas da Panasqueira têm originado a "debandada" de muitos antigos mineiros, que se tinham fixado nestas freguesias, nos vários períodos de expansão, da empresa ao longo das últimas décadas. Na década de 40, período áureo da actividade mineira, cerca de dez mil pessoas dependiam directamente da Mina, actualmente, laboram na empresa pouco mais de duzentos mineiros.

O emprego feminino restringe-se essencialmente às poucas fábricas do sector têxtil (confeções), que têm resistido à crise do sector, desenvolvendo a sua actividade nas freguesias próximas como: Paúl, Unhais da Serra e Tortosendo.

O sector terciário não tem um grande significado no contexto económico local. Neste ramo de actividade destacam-se como maiores empregadores, os lares e centros de dia de apoio aos idosos, os correios e pequenas áreas comerciais, que no entanto não atingem valores de emprego significativos. Apesar desta situação, a taxa de desemprego atinge "apenas" os 3,3%, resultado da forte migração verificada nas classes dos jovens e adultos.

O declínio da natalidade está na génese de outro problema de ordem social que afecta a área, o encerramento das escolas. Entre as décadas de 50 e 70, muitas eram as escolas com mais de meia centena de

alunos, fica apenas a memória, e mesmo essa, tende a desvanecer-se na bruma dos tempos. Hoje fruto das constantes mutações demográficas a realidade é muito diferente e bastante mais dura. As escolas de ensino mediatizado encerraram, resistindo apenas a esta realidade a nova escola localizada na Barroca Grande. Nas aldeias com menor poder demográfico, o ensino primário deixou de funcionar. Perante esta situação, é infalível que algumas aldeias atravessem neste momento uma situação de perda de identidade, sobretudo no que respeita, às classes etárias mais jovens. O encerramento das instituições de ensino é uma realidade num espaço, onde mais de 20% da população não sabe ler nem escrever.

Relativamente ao artesanato, podemos considerar, que este sector se encontra extremamente envelhecido e sem condições financeiras, não se registando interesse pelas classes mais jovens em prolongar e manter a actividade artesanal. Esta situação provoca também uma falta de espírito de inovação na realização dos trabalhos. Lentamente o artesanato da região apresenta sinais tenros de revitalização, despontando um novo tipo de artesão com uma escolaridade mais elevada, mais aberto a todo o tipo de inovações (por vezes em demasia) e mais agressivo em termos de mercado, aproveitando todas as hipóteses de escoamento dos produtos fora dos circuitos tradicionais. Para estes novos artesãos as noções de "gestão", "marketing" e "design" são tão importantes como os velhos saberes dos seus mestres.

Os circuitos de comercialização são altamente deficientes ou inexistentes e os produtores têm muita dificuldade em vender bem os seus produtos, mesmo os tradicionais de alta qualidade. Os produtos acabam por ser comercializados principalmente por intermediários, sujeitando-se os produtores ao preço de ocasião que lhes for oferecido, sem o acesso às condições de venda possíveis.

As acessibilidades (inter e intra-regionais) permanecem dificultadas pelas características orogénicas da área. A rede de estradas é pouco densa, faltando ainda concluir a construção de uma via fundamental para a ligação entre as aldeias. As ligações às sedes de concelho apresentam também alguns problemas, verificando-se uma degradação extrema em alguns troços. Relativamente às ligações externas, a auto-estrada A23 veio contribuir significativamente para a diminuição da distância-tempo a regiões mais distantes.

No Domínio das telecomunicações, destaca-se a existência de uma central de correios, que serve a área do couto mineiro e algumas freguesias próximas. Relativamente ao acesso às novas tecnologias, o atraso também é notório, não existindo espaços públicos para a utilização de Internet. A utilização da Internet pelos utilizadores é feita a partir da rede telefónica. A impossibilidade de utilização

da banda larga vem criar dificuldades ao nível da comunicação, inflacionando os respectivos serviços.

### TRILHOS A PERCORRER NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

Para diagnosticar e relacionar todas as potencialidades com as respectivas fraquezas da área utilizou-se uma tabela SWAT.<sup>9</sup>

Strengths (Forças)	Weakness (Fraquezas)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualidade ambiental;</li> <li>- Diversidade / complementaridade paisagística (Montanha/Vale);</li> <li>- Romarias, tradições e costumes;</li> <li>- Existência de diferentes tipos de associações (solidariedade social, desporto, cultura e recreio);</li> <li>- Património construído (casario tradicional, monumentos religiosos, achados arqueológicos e gravuras do período proto-histórico);</li> <li>- Produtos regionais genuínos;</li> <li>- Recursos naturais de valor estratégico (água; energia);</li> <li>- Outros recursos (rec. turísticos; rec. minerais).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recessão demográfica;</li> <li>- Envelhecimento da população;</li> <li>- Baixos níveis de instrução;</li> <li>- Resistência à inovação;</li> <li>- Susceptibilidade a riscos naturais (incêndios florestais);</li> <li>- Falta de oportunidades de emprego;</li> <li>- Debilidade e ausência de acessibilidades.</li> </ul>

Opportunities (Oportunidades)	Threats (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração da protecção da natureza com valorização de produtos regionais e actividades de lazer;</li> <li>- Desenvolvimento de actividades ligadas ao turismo, nas suas variadas vertentes;</li> <li>- Aproveitamento dos recursos florestais;</li> <li>- Aproveitamento dos recursos minerais (volfrâmio e estanho);</li> <li>- Aproveitamento dos recursos energéticos (vento e água);</li> <li>- Criação de centros de interpretação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desequilíbrio e descaracterização ambiental;</li> <li>- Perda de recursos no domínio florestal e agrícola;</li> <li>- Despovoamento;</li> <li>- Debilidade dos sectores económicos tradicionais e Desaparecimento de actividades artesanais;</li> <li>- Deslocalização de empresas multinacionais (têxteis e mineira);</li> <li>- Encerramento de escolas.</li> </ul>

9) Adaptado de CUNHA, Lúcio (2003) – "A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local". pp.175-191.

Sugere-se assim como formas de ultrapassar os obstáculos com os quais se deparam os residentes: a criação de gabinetes locais que apoiem as candidaturas aos diversos projectos comunitários, concedendo a formação necessária a todos os cidadãos interessados. Para tal, é também importante o "desencravamento" desta área, a superação das graves deficiências de acessibilidades locais e sub-regionais e a sua articulação com as áreas mais dinâmicas do país e da região.

Os aspectos acabados de referir justificam o apoio a acções tendentes ao aproveitamento das potencialidades, à superação dos estrangulamentos e à mobilização dos recursos minerais, florestais, eólicos e hídricos.

Os recursos minerais constituem-se como uma mais-valia económica, sendo responsáveis pela actividade de algumas centenas de trabalhadores. A extracção do estanho e do volfrâmio nas Minas da Panasqueira e a extracção dos xistos e ardósias em Sobral de S. Miguel são os expoentes desta actividade. Estas actividades devem no entanto respeitar a qualidade ambiental das áreas envolventes, não hipotecando assim a respectiva beleza natural.

Os recursos florestais têm vindo a perder a relevância que detiveram durante várias décadas, resultado da acção dos incêndios florestais e da grande compartimentação da propriedade, impedindo assim, o desenvolvimento de uma política florestal eficiente. A constituição de associações de produtores que congreguem diversos proprietários é assim fundamental, para uma valorização deste recurso.

A água é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento de actividades de extrema importância no contexto das economias locais. A preservação dos cursos de água, com uma qualidade reconhecida será fundamental para a potencialização deste recurso.

A aposta na produção da energia eólica é neste momento uma realidade da política energética nacional. Esta área apresenta uma grande potencialidade, relativamente a este tipo de energia, no entanto, será necessário respeitar alguns instrumentos de protecção ambiental como é o caso da Rede Natura. Actualmente está a ser implementado um parque eólico no extremo Sul da área de estudo. No restante território estão a desenvolver-se projectos de prospecção e estudo dos ventos.

Para além do aproveitamento dos recursos naturais, será também fundamental desenvolver acções específicas orientadas para a valorização dos recursos humanos, para a igualdade e o fomento de novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e para o combate aos factores de po-

breza e exclusão social.

Os residentes detêm uma grande cultura e saber no domínio dos produtos tradicionais regionais, em artesanato e em gastronomia, que urge cultivar e preservar. A transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas, a criação de agro-indústrias, ficando a mais-valia na região, a par com a certificação e marketing de alguns produtos, deverá ser a aposta forte da região em termos imediatos.

O azeite, o mel, a broa de milho, o pão centeio, o queijo cabreiro, os cogumelos e as aguardentes são produções, que pela sua especificidade e alta qualidade, têm assegurada uma presença competitiva no mercado. Estes produtos necessitam de ver criadas as suas denominações de origem, que devem ser apoiadas e preservadas, a par com a procura e incremento de novos produtos, sempre na linha artesanal e ou de qualidade.

A grande diversidade paisagística da área constitui-se também como uma mais-valia, no que concerne, ao desenvolvimento de actividades lúdicas e desportivas. Neste contexto, podem desenvolver-se várias actividades com uma grande procura: o rappel e a escalada; a canoagem; a asa delta e o parapente; o BTT e o todo-o-terreno; o atletismo e as caminhadas pedestres, para além de um conjunto de jogos de cariz tradicional.

O património imaterial constitui-se também como um recurso, muitas vezes esquecido, mas de extrema importância, para a dinamização neste tipo de regiões. Neste contexto, será fundamental que associações locais existentes na área promovam junto dos mais jovens as tradições e os costumes esquecidos impedindo assim a ruptura com as actividades mais tradicionais do passado.

As rotas que fazem parte integrante da história desta região, poderão por um lado, desempenhar um papel fundamental na relação entre as várias comunidades e por outro contribuir para o desenvolvimento de actividades de educação ambiental.

A Rota do Sal, a Rota dos Mineiros, a Rota da Transumância e as Rotas Proto-históricas, são exemplos que mostram a importância e o papel que estas áreas têm desempenhado ao longo dos séculos.

Este tipo de actividades poderá ser potencializada e divulgada de modo a contribuir para a dinamização cultural de "territórios adormecidos". A criação de um "Centro de Recursos de Animação Rural": projecto que visa a criação de um centro de recursos o qual se assuma, através da concretização de uma plataforma electrónica, como uma porta de acesso comum a todos os recursos existentes na área.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural/local é fundamental para a valorização dos territórios rurais. O património imaterial e o património ambiental constituem-se como os principais suportes para o desenvolvimento de uma política de desenvolvimento rural integrada e sustentada.

O desenvolvimento rural das áreas mais periféricas está envolvido por um conjunto de amarras, que ao longo dos últimos anos têm impedido que estas regiões se aproximem dos reais padrões de desenvolvimento humano.

A aproximação e a participação dos cidadãos nas diferentes vertentes do desenvolvimento encontram-se perspectivadas na Agenda 2000. No entanto, as questões relacionadas com o desenvolvimento rural são maioritariamente tratadas, fora do âmbito local, impedindo assim, uma participação directa dos principais intervenientes. Os cidadãos constituem-se assim como um conjunto de actores que vão desempenhar um papel numa peça, que em alguns casos não se encontra adequada ao cenário, no qual o teatro se vai desenvolver.

O desconhecimento dos programas comunitários e o desajustamento de alguns desses programas aos espaços mais deprimidos constituem por vezes, o segundo obstáculo às políticas de desenvolvimento rural para as áreas mais deprimidas. Neste contexto, é fundamental que as instituições competentes procurem conhecer todos os programas previstos para estas regiões, para os diferentes sectores, de modo a aproveitarem a totalidade dos fundos que lhes advém e que tão necessários são para a inversão da tendência sócio-económica que afecta estes espaços.

A própria política de desenvolvimento rural da União Europeia, está susceptível à crítica, devido à forte restrição financeira que afecta os programas de desenvolvimento rural, dos quais o LEADER+ e o INTERREG III são apenas alguns exemplos.

O desenvolvimento sustentado da área situada entre o Zézere e o Açor, constitui-se ainda como uma miragem, apesar de algumas melhorias verificadas pontualmente ao longo das últimas décadas. Neste contexto, a formação e a responsabilização dos cidadãos poderá constituir-se como um dos elementos fundamentais para a inversão das actuais tendências.

A valorização da paisagem e das actividades nela desenvolvidas, associadas à melhoria das infra-estruturas, poderão futuramente, converter estas áreas numa alternativa forte, aos destinos turísticos tradicionais, mais procurados pelos cidadãos que procuram a fuga aos modos de vida urbanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, José Carlos (1998), "Agricultura e Desenvolvimento Rural: Casamento ou Divórcio?" in *A Rede para o Desenvolvimento Local - Edição especial*.

AMARO, Rogério Roque (1990) - "O Puzzle territorial dos anos 90 - uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões" in *Vértice*, p. 41.

CARAMELO, Sérgio (1998) - "A Observação Territorizada das Redes Urbanas e o seu Papel no Desenvolvimento Regional". *Beira Interior como Região de Fronteiras - Actualidade e Perspectivas*, UBI, Covilhã, pp. 73-99.

CARY, F. C. (1985) - *Enquadramento e perfis do investimento agrícola no continente português - 1º volume*. Estudos 23. Banco de Fomento Nacional.

CAVACO, Carminda (1998) - *Política de Desenvolvimento Rural e Políticas Europeias*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

CUNHA, Lúcio (2003) - "A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local". In CAETANO, Lucília (coord.) - *Territórios, ambiente e trajectórias de desenvolvimento*. CEGC, Coimbra, pp.175-191.

DIÉGUEZ, Valentín Cabero (2000), *Médio Ambiente y desarrollo rural en Médio Ambiente*. *Nuevas Tecnologías e Sociedad*, Ediciones Universidad de Salamanca, pp.90-96.

GUERRY, Pierre (1995) - *Créneaux commerciaux et développement rural*. *Compte rendu d'un atelier et recommandations pour l'action*, OCDE, Paris, p. 84.

LOURENÇO, Luciano (1995) - *Serras de xisto do Centro de Portugal*. *Contribuição para o seu conhecimento geomorfológico e geo-ecológico*. Diss. Doutoramento, Coimbra, 756 p.

MARQUES, Raul Jorge (2000) - *Desenvolvimento Local em Espaço Rural e Novas Competências - A Participação dos Cidadãos no Concelho de Santa Comba Dão*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 183 p., ISBN 972-636-124-9.

MARTINHO, Victor João Pereira (2000) - *Reflexões sobre o desenvolvimento rural nacional*. Instituto Politécnico de Viseu.

RIBEIRO, Orlando, Hermann Lauthensach e Suzanne Daveau (1987), *Geografia de Portugal*, volumes I e II, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural (Irlanda, 7 a 9 de Novembro de 1996) subordinada ao tema *A Europa Rural - Perspectivas para o Futuro*, in *Europe Documents 2012*